



ÍRIS

TRAJETÓRIAS DE VIDA
DE PESSOAS LGBTI VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Trajetórias de Vida de Pessoas LGBTI Vítimas de Violência Doméstica: Principais Resultados

Sofia Neves & Mafalda Ferreira (Coord.)

Organismo Intermédio:



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Entidade Promotora:



Ficha técnica

Título

Trajetórias de vida de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo (LGBTI) vítimas de violência doméstica: Principais resultados

Entidade Promotora

Associação Plano i

Projeto

ÍRIS - Trajetórias de Vida de Pessoas LGBTI Vítimas de Violência Doméstica

Coordenação

Sofia Neves e Mafalda Ferreira

Autoria

Sofia Neves, Mafalda Ferreira, Edgar Sousa, Rodrigo Costa, Joana Topa, Janete Borges, Cristina Pereira Vieira e André Lira

Cofinanciamento

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Copyright © 2023, Associação Plano i

Índice

Introdução	1
Resultados do Estudo 1	3
Entrevistas a pessoas LGBTI (ex)vítimas de violência doméstica	3
Sobre as (ex)vítimas	3
Violência doméstica: Tipologias e especificidades	4
Dados da violência doméstica	5
Percepções sobre o sistema de proteção das vítimas	6
Resultados do Estudo 2	8
Entrevistas a profissionais e membros de ONGs e coletivos e associações LGBTI	8
Trajetórias de vida de pessoas LGBTI	8
Violência doméstica contra pessoas LGBTI	11
(Des)Capacitação da Administração Pública Central	13
Inquérito a profissionais e membros de ONGs e coletivos e associações LGBTI	14
Prevalência da violência doméstica	15
Prevalência das tipologias de violência doméstica	16
Consequências comportamentais da violência doméstica	17
Eficácia do sistema de proteção de pessoas LGBTI (ex)vítimas de violência doméstica	18
Necessidades das (ex)vítimas de violência doméstica	18
Principais conclusões e recomendações futuras	21
Recursos do Projeto ÍRIS	23



Introdução

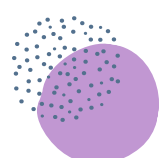
O presente documento que resulta do Projeto ÍRIS, promovido pela Associação Plano i e cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

Tendo como propósito central a caracterização das trajetórias de vida de pessoas LGBTI vítimas e ex-vítimas de violência doméstica, o Projeto ÍRIS corporizou um dos objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual» e, mais concretamente, uma das medidas definidas do Plano de ação de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e/ou expressão de género, e características sexuais (2018-2021).

Este documento apresenta os principais resultados dos dois estudos realizados no âmbito do ÍRIS. O primeiro seguiu uma metodologia qualitativa e permitiu realizar entrevistas a 50 pessoas LGBTI, (ex)vítimas de violência doméstica. Quanto ao segundo, este foi dirigido a profissionais e membros de ONGs e associações e coletivos LGBTI e de Direitos Humanos, que trabalham direta ou indiretamente com vítimas de violência doméstica, e teve como base uma metodologia qualitativa, através da realização de *focus group* e entrevistas individuais, e quantitativa, com a aplicação de um inquérito online.

Agradecemos a todas as pessoas participantes, especialmente às pessoas LGBTI, a generosidade da partilha e a possibilidade de, através dela, podermos contribuir para a divulgação e conhecimento deste flagelo social.

A equipa científica





Resultados do Estudo 1

Entrevistas a pessoas LGBTI (ex)vítimas de violência doméstica

Sobre as (ex)vítimas

Foram entrevistadas um total de 50 pessoas LGBTI, com idades compreendidas os 18 e os 57 anos ($M = 33.8$), todas (ex)vítimas de violência doméstica. Destas, 27 pessoas identificaram-se com o género feminino, 20 com o masculino e 3 com identidades de género não binárias. Além disso, 30 identificavam-se como pessoas cis, 16 como trans, três como não binárias e uma como intersexo.

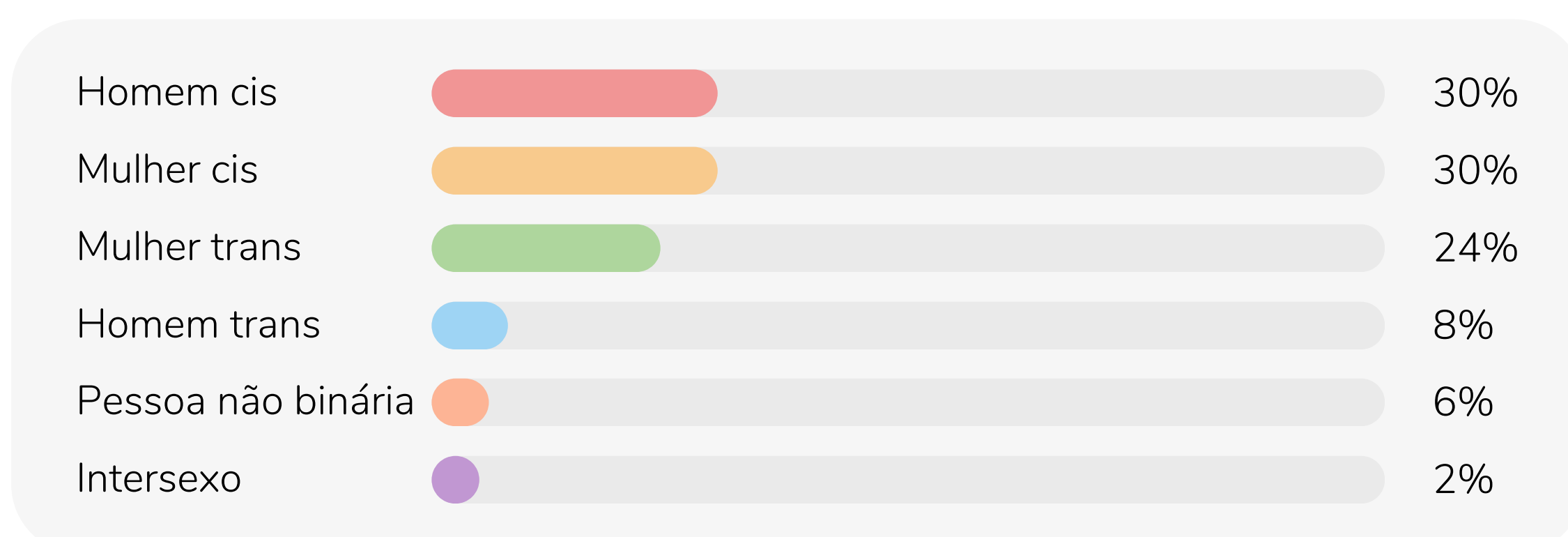


Gráfico 1. Identidade de género ou características sexuais à nascença das (ex)vítimas.

Relativamente à orientação sexual, as (ex)vítimas identificaram-se como pessoas gays ($n = 14$), lésbicas ($n = 11$), bissexuais ($n = 10$), e heterossexuais ($n = 10$) e pansexuais ($n = 4$). Apenas uma pessoa não respondeu.

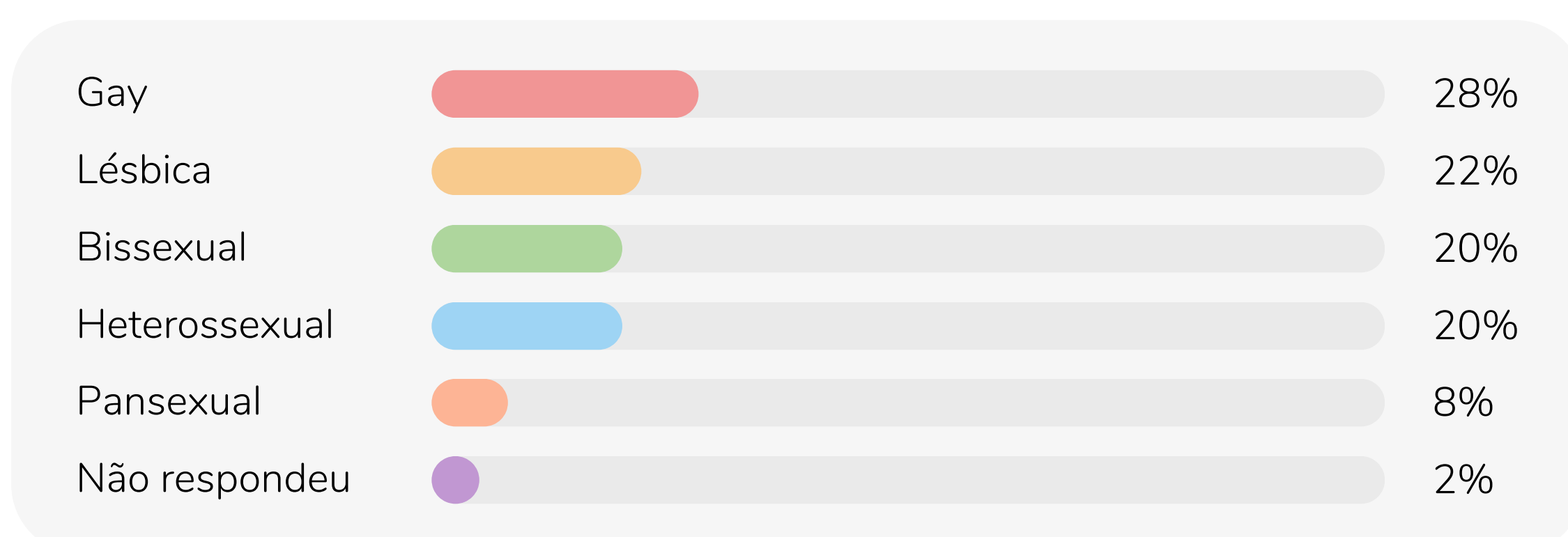


Gráfico 2. Orientação sexual das (ex)vítimas.

Violência doméstica: Tipologias e especificidades

Violência doméstica caracterizada pela prática de atos de vitimação em contextos familiares e de intimidade.

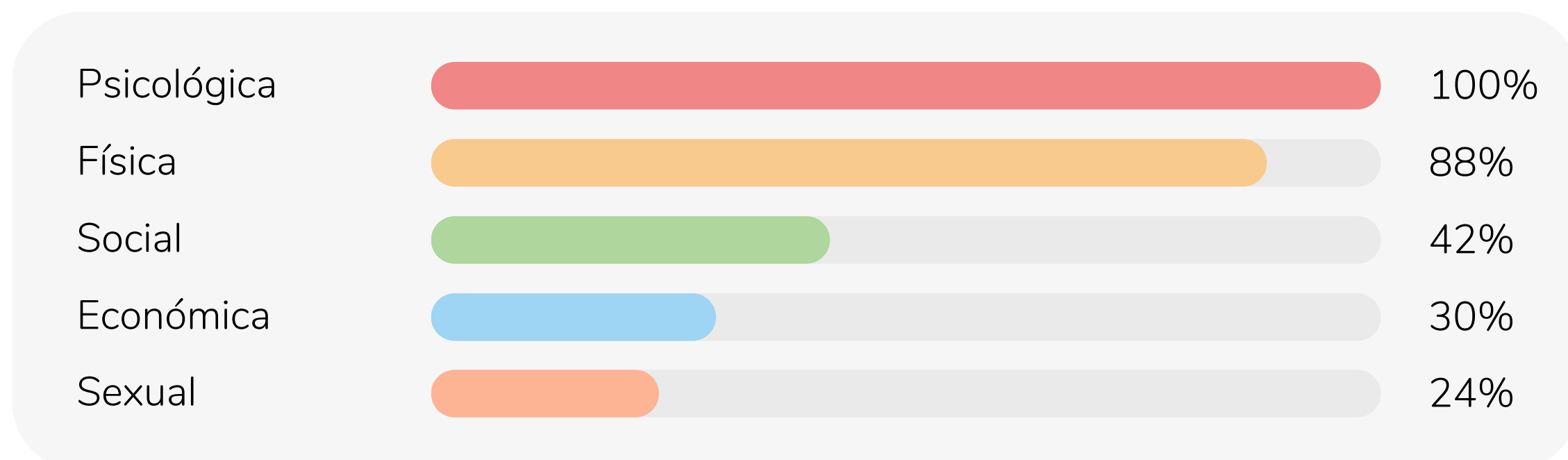
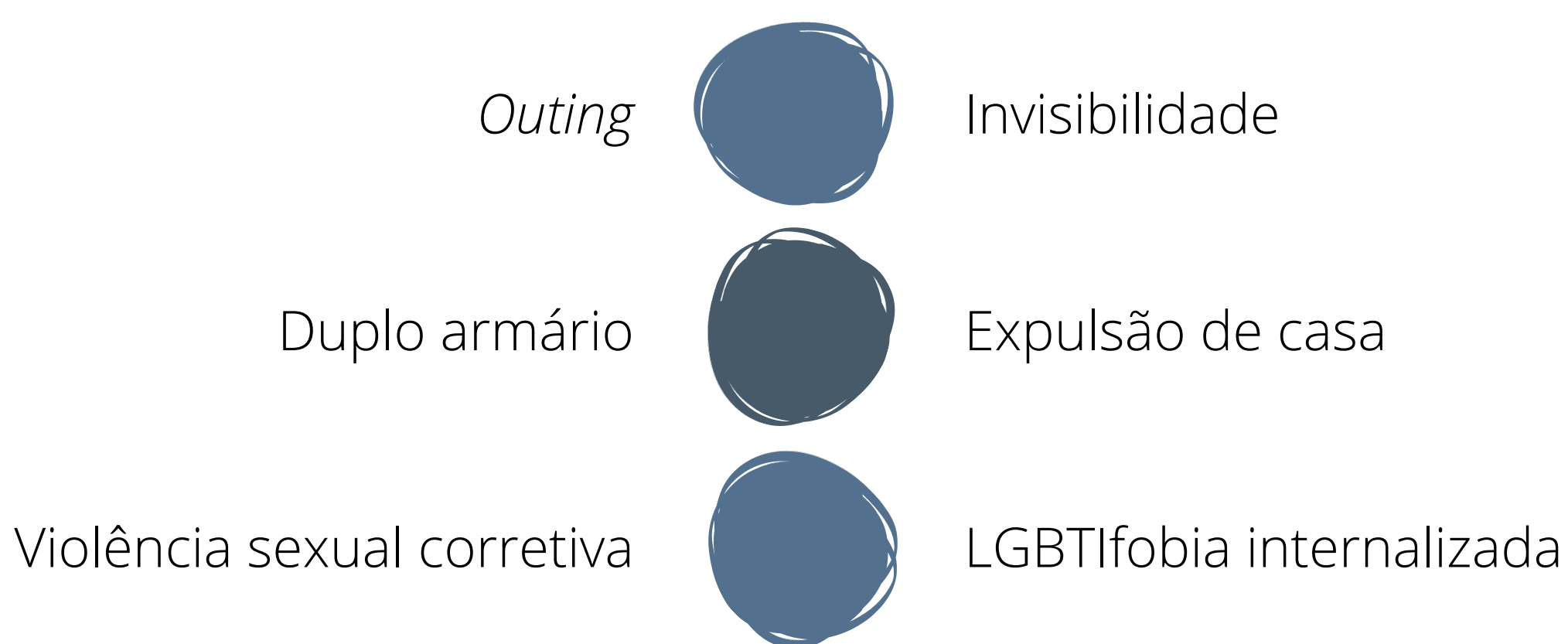


Gráfico 3. Tipologias de violência doméstica.

Estas tipologias de violência doméstica contra pessoas LGBTI assumem características e dinâmicas que as tornam específicas e únicas. A ameaça do *outing* e a invisibilidade das pessoas LGBTI contribuem para o reforço do controlo que as pessoas agressoras possuem sobre as vítimas.



Dados sobre a violência doméstica

As pessoas LGB estão 25.6% mais expostas a pelo menos um tipo de violência, parental ou íntima, do que as pessoas heterossexuais.

As mulheres estão 5.5% mais expostas às violências parental e íntima do que os homens.

As mulheres LBT estão 60% e 20.1% mais expostas às violências sexual e económica, respetivamente, do que os homensGBT.

Os homensGBT estão 25% mais expostos à violência social e à expulsão de casa e 75% mais expostos à negligência do que as mulheresLBT.

As pessoas trans estão 68% mais expostas à violência sexual do que pessoas cis.

30% das vítimas precisaram de atendimento médico, resultado de impactos graves da situação de vitimação.

Apenas 50% das pessoas reportaram a situação de violência doméstica às autoridades competentes.

Perceções sobre o sistema de proteção das vítimas

Devido às várias especificidades e impactos da violência doméstica, nas pessoas LGBTI, é importante que estas beneficiem de atendimento especializado.

78% das vítimas tinham sido atendidas em serviços e estruturas especializadas de apoio à vítima.

O *feedback* é mais positivo quando o apoio recebido é realizado por serviços e estruturas especializadas em questões LGBTI, em comparação com serviços e estruturas não especializadas.

“Alguns agentes não estão para aí virados e não acreditam ou não querem saber [...]. Quando eu estava no *** [Gabinete especializado de apoio a vítimas], eu senti que eles não estavam a levar a situação a sério”**

(Mulher trans, 18 anos)

A Administração Pública Central é percebida pelas (ex)vítimas, muitas vezes, como hostil e discriminatória.



Resultados do Estudo 2

Entrevistas a profissionais e membros de ONGs e associações e coletivos LGBTI

Foram realizados quatro *focus group* com 28 participantes, e 121 entrevistas individuais a profissionais nos diversos setores da Administração Pública Central, nomeadamente Administração Interna, Educação, Justiça, Saúde e Segurança Social e, de associações e coletivos LGBTI e de Direitos Humanos. Seguem-se as categorias mais frequentes:

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS LGBTI

As trajetórias de vida das pessoas LGBTI são descritas como "diversas" e "sofridas" pelas pessoas participantes, tendo sido destacadas nos discursos as das pessoas trans e das pessoas intersexo, uma vez que estão expostas a uma maior discriminação, violência e invisibilidade por parte da sociedade.

Apesar de acharem que as trajetórias de vida das pessoas LGBTI são bastante plurais e diferentes umas das outras, foi possível identificar alguns aspetos que podem ser, ou não, transversais a quase todas as pessoas LGBTI, podendo variar em diferentes formas, dimensões e graus:





Todas as vivências experienciadas pelas pessoas LGBTI (ex)vítimas de violência doméstica impactam diretamente as suas vidas. Experiências negativas, como os insultos sociais, relacionados com as identidades sexuais não normativas (e.g., "paneleiro", "fufa", "travesti") podem ter repercussões no autoconceito das pessoas LGBTI. Alguns outros impactos identificados são:

Baixa autoestima

Baixo autoconceito

Baixo rendimento escolar

Sentimentos de exclusão

(Tentativas de) Suicídio

As pessoas participantes destacaram as pessoas trans nos seus discursos e mencionaram alguns impactos que experiências como a discriminação, violência, invisibilidade e o isolamento têm na saúde física e mental.

Sufrimento psicológico

Disforia de género

Autoagressão

Automutilação

(Tentativas de) Suicídio

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA PESSOAS LGBTI

O fenómeno da violência doméstica contra as pessoas LGBTI é caracterizado pela multiplicidade de tipologias de violência. Neste estudo foram identificadas a física, psicológica e emocional, social, sexual e económica, como algumas das mais perpetradas.

“A violência doméstica sofrida pelas pessoas LGBTI caracteriza-se por, maioritariamente, violência psicológica, pautada por insultos, manipulação, diminuição da sua autoestima, ameaças, incluindo o outing e violência física. Ambos os tipos de violência pautados pela manutenção do diferencial de poder entre vítima e ofensor ou ofensora”

(Género feminino, 29 anos, ONG, psicóloga e técnica de apoio à vítima)

A violência doméstica pode ser perpetrada ainda durante a infância e a adolescência das vítimas, por membros da família sob as seguintes formas:

Violência social

(e.g., isolar; insultar; expulsar de casa)

Violência física

(e.g., agredir fisicamente; ameaçar com recurso a armas brancas)

Violência económica

(e.g., apropriar-se indevidamente dos bens das vítimas; negar-lhe a semanada/mesada)

Violência sexual

(e.g., levar a cabo violações corretivas)

Violência psicológica e emocional

(e.g., obrigar as vítimas a submeter-se a "terapias de conversão"; referir-se à vítima pelo seu *dead name* e/ou pronomes contrários à sua identidade de género)

Quando a violência contra as pessoas LGBTI é exercida em idade adulta, esta tende a assumir outras dinâmicas, uma vez que, para além da família, também pode ser praticada por uma pessoa com quem a vítima mantém uma relação de intimidade.

Violência social

(e.g., isolar a vítima; abandonar; (ameaçar) revelar a orientação sexual, identidade de género ou características sexuais)

Violência física

(e.g., agredir fisicamente; ameaçar com recurso a armas brancas)

Violência económica

(e.g., empregar a vítima, deixando-a dependente)

Violência sexual

(e.g., forçar a vítima a manter relações sexuais)

Violência psicológica e emocional

(e.g., *gaslighting*; morte de animais domésticos; destruição de bens e propriedades das vítimas; ciúmes)

A violência doméstica, seja ela perpetrada por familiares ou em contexto de uma relação de intimidade, tem vários impactos negativos nas vítimas. Estes podem ser de ordem física, psicológica e emocional, social e/ou económica, e podem variar conforme os diferentes subgrupos LGBTI.

Por exemplo, nas pessoas trans (ex)vítimas de violência doméstica, foram especificados impactos a nível da perda de habilidades sociais (e.g., autoconfiança, autovalorização) e de saúde mental (e.g., aumento da ansiedade, depressão, idealização e/ou tentativas suicídio).

Dadas as especificidades da violência doméstica contra as pessoas LGBTI (e.g., *outing*) e as necessidades, também elas específicas, que apresentam (e.g., dificuldade em denunciar), as pessoas

participantes deste estudo consideram que os serviços especializados de atendimento e acolhimento específicos para esta população são fundamentais.

Resposta especializada face às necessidades específicas

Atendimento não preconceituoso ou discriminatório

Conhecimento especializado que possibilita um trabalho eficaz

Espaço seguro e de proteção

(DES)CAPACITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL

A Administração Pública Central é descrita como hostil, discriminatória e preconceituosa para com as pessoas LGBTI, nos mais diversos setores e serviços, nomeadamente a Administração Interna, Educação, Justiça, Saúde e Segurança Social.

Salienta-se a necessidade de adaptar os planos curriculares da formação de base das pessoas profissionais destes setores, incidindo sobre as especificidades da violência doméstica contra as pessoas LGBTI, bem como as necessidades destas populações.

Sublinha-se também, a necessidade de formação em diversidade social (e.g., diversidade funcional, étnica), Direitos Humanos e competências pessoais como a empatia.

Destaca-se, ainda, a necessidade de divulgar protocolos e *guidelines*, nacionais e/ou internacionais, que especifiquem como atuar com vítimas de violência doméstica e/ou pessoas LGBTI, de modo a que quem trabalhe na Administração Pública Central, possa melhorar as suas práticas profissionais.

Inquérito a profissionais e membros de ONGs e associações e coletivos LGBTI

Foram obtidas um total de 205 respostas válidas de profissionais que trabalham direta ou indiretamente com (ex)vítimas de violência doméstica. Destas, 135 profissionais identificaram-se com o género feminino (65.9%), 66 com o masculino (32.2%) e quatro como não binárias (2%). As suas idades compreendem os 22 e os 69 anos ($M = 40.1$).

A maioria das pessoas participantes trabalhava na Administração Pública Central (58%), um pouco mais de um quarto em ONGs de Direitos Humanos (27%), seguida da prática privada (10%) e, por último, em associações ou coletivos LGBTI (6%).

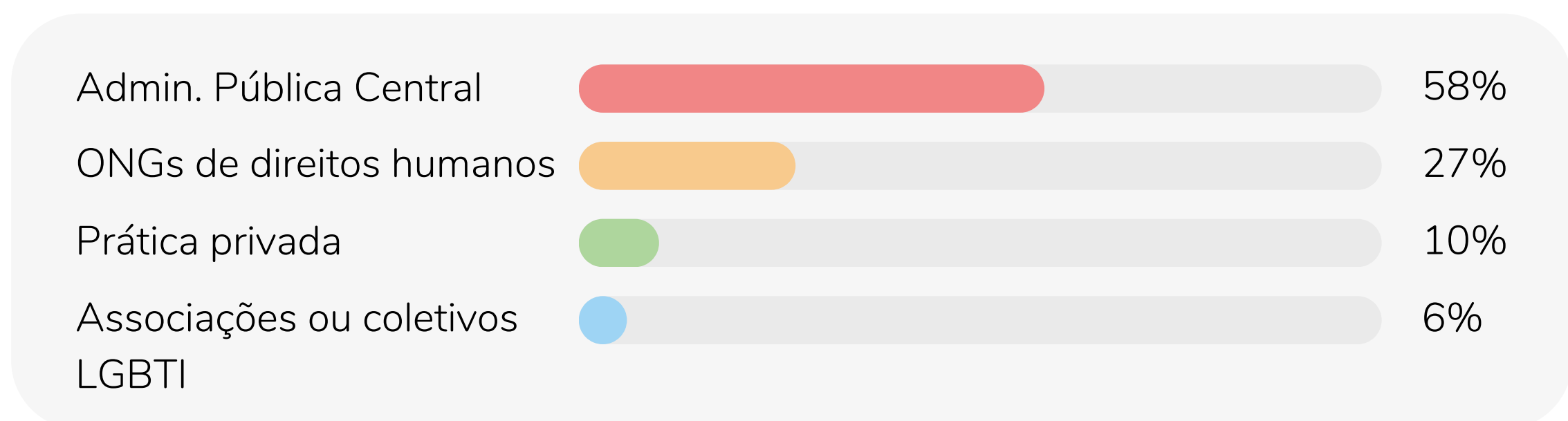


Gráfico 4. Setor de atividade das pessoas inquiridas.

Uma grande parte das pessoas participantes tinha mais de oito anos de experiência na sua atividade (40%), sendo que os grupos de profissionais que se destacaram a seguir foram aqueles com três a oito anos de experiência (28%) e aqueles com um a três anos (24%).

Quanto a formação específica, 75% admite ter formação em violência doméstica, enquanto que apenas 36% referiram ter formação específica em questões LGBTI.

Prevalência da violência doméstica por fase desenvolvimental e grupo (LGB/T/I)

De acordo com as pessoas profissionais, os períodos do desenvolvimento em que a violência doméstica é perpetrada de forma mais prevalente, em todos os grupos de pessoas (LGB, T e I) são a adultez (entre 56.6% e 68.8%) e a adolescência (entre 43.4% e 61.5%), em comparação com a infância (entre 19.5% e 22.9%) e a velhice (entre 11.2% e 13.2%).

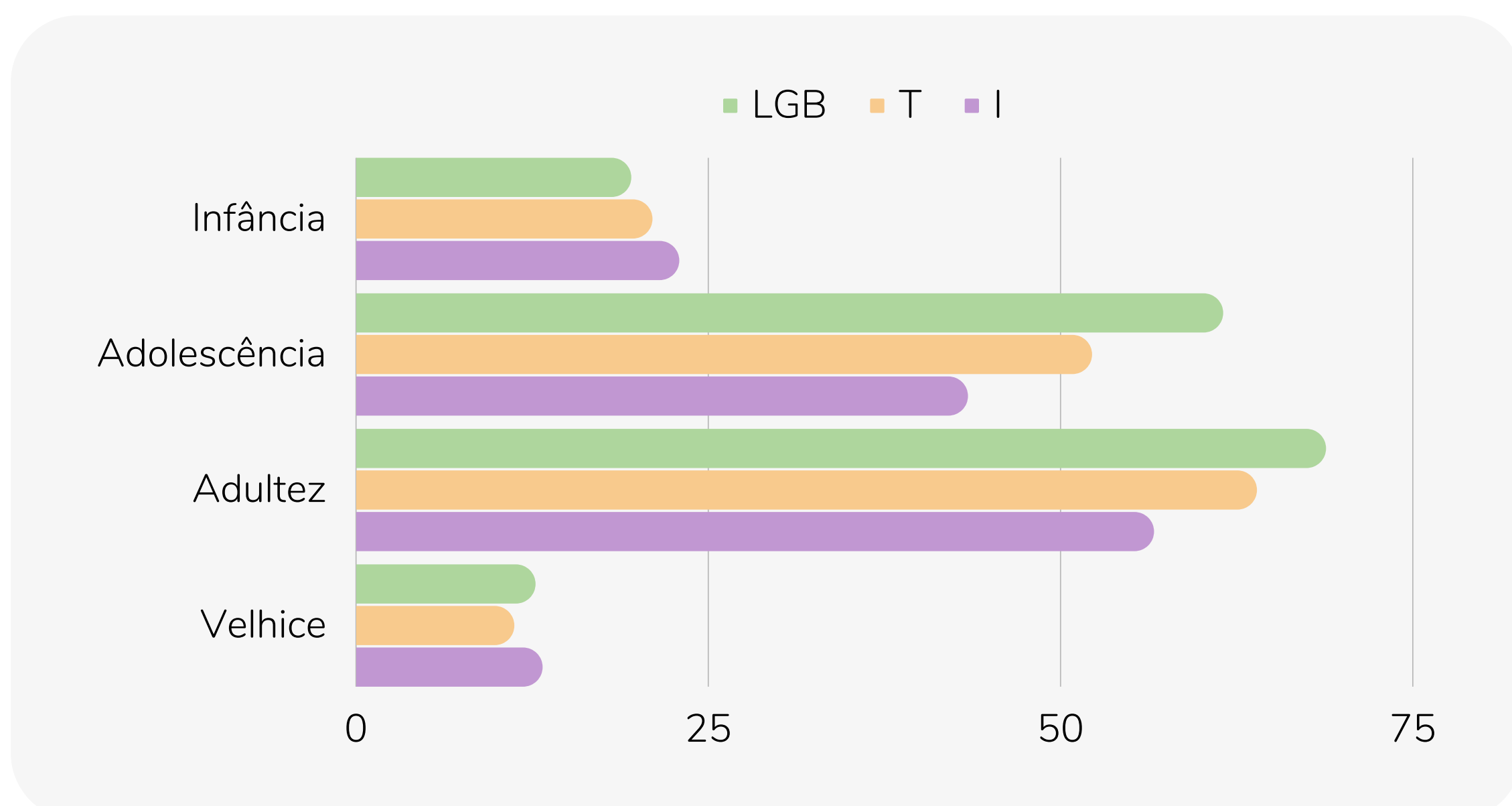


Gráfico 5. Período desenvolvimental no qual a violência doméstica contra as pessoas LGBTI tende a ser perpetrada.

De acordo com as pessoas participantes, quando a vítima se encontra nas fases desenvolvimentais da infância e adolescência, a violência tende a ser perpetrada pela família ascendente (e.g., pai, mãe). Já quando a vítima se encontra na adultez ou na velhice, esta tende a ser perpetrada principalmente pela pessoa parceira, sendo também destacada, na velhice, a família descendente (e.g., filhos, netos). Estes padrões mantêm-se, independentemente do grupo de pertença identitária (LGB/T/I).

Prevalência das tipologias de violência doméstica por fase desenvolvimental

De acordo com as pessoas profissionais, em todos os períodos do desenvolvimento, a tipologia de violência mais frequente é a psicológica (entre 52% e 79%), tendo a violência física uma especial prevalência, em segundo lugar, na infância (41%).

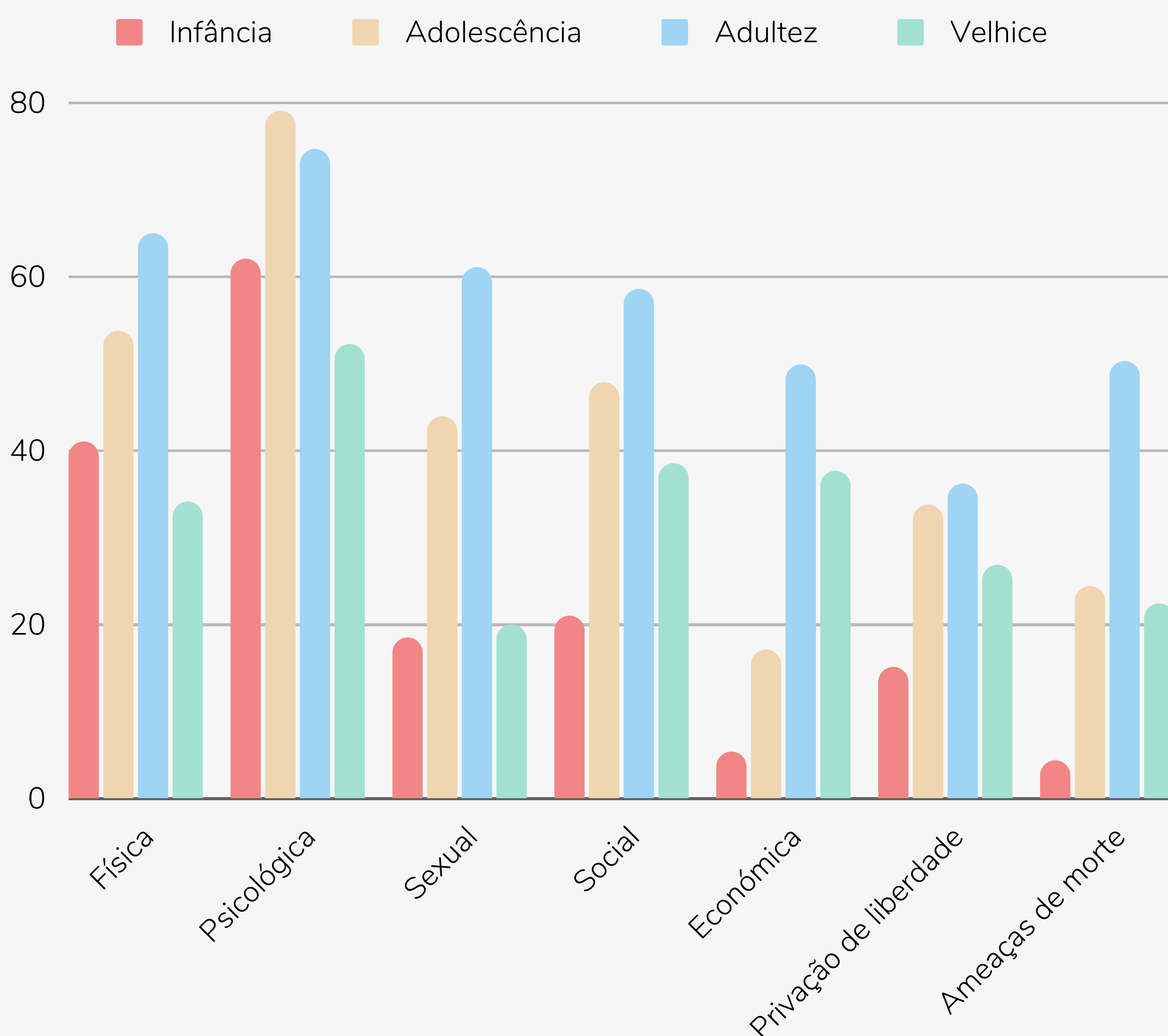


Gráfico 6. Tipologias de violência doméstica mais frequentemente perpetradas contra pessoas LGBTI.

Consequências comportamentais da violência doméstica por grupo (LGB/T/I)

Segundo as pessoas profissionais, não revelar a própria situação de vitimação é a consequência mais frequente (entre 53.7% e 56.1%) em todos os grupos de pertença identitários (LGB/T/I), seguida da procura de estruturas/serviços de apoio a vítimas (entre 42.4% e 48.3%). Nas vítimas T, o envolvimento no trabalho sexual assumiu uma particular prevalência, em terceiro lugar (41.5%).

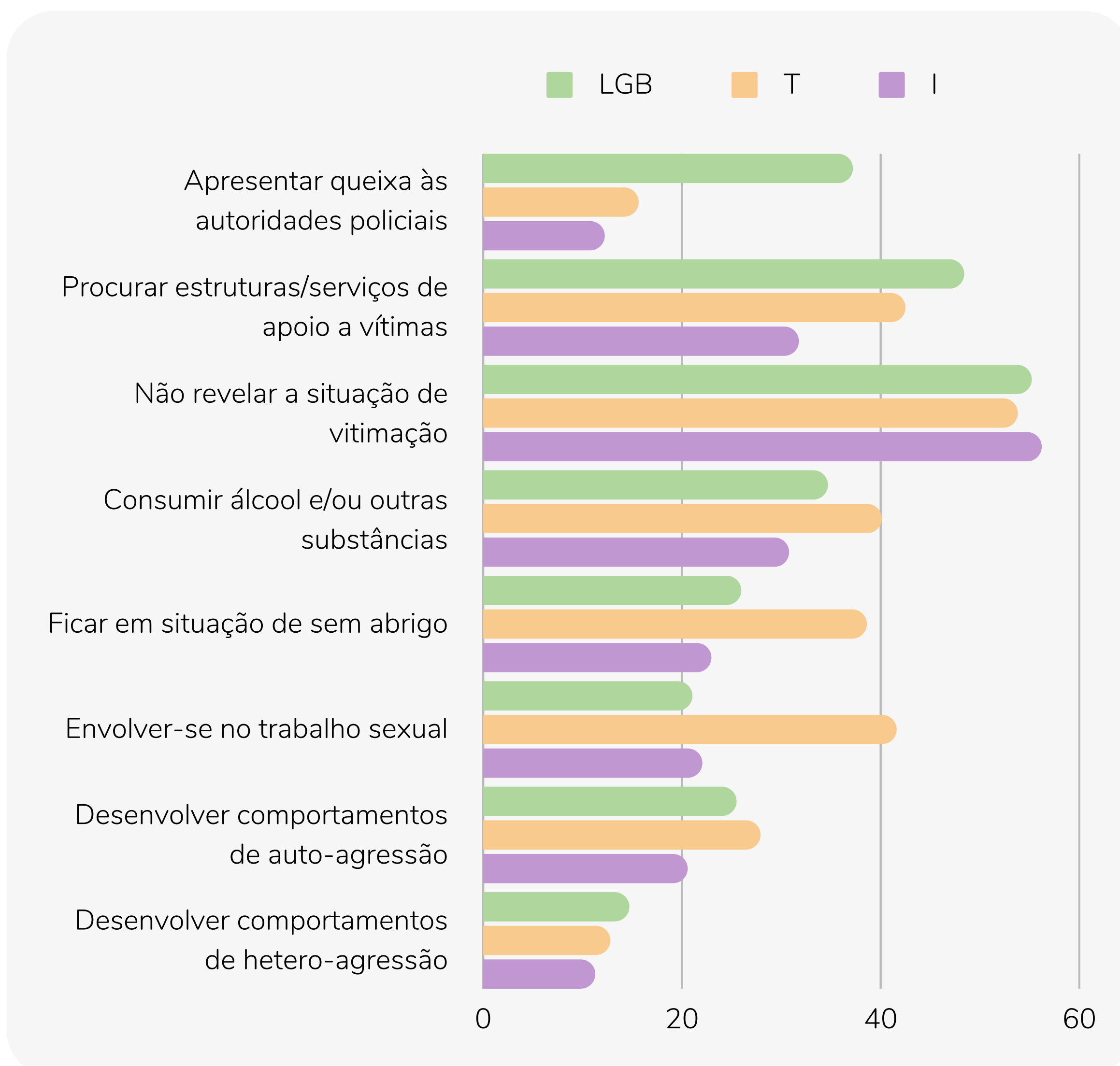


Gráfico 7. Consequências da violência doméstica.

Eficácia do sistema de proteção das pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica por grupo (LGB/T/I)

A maioria das pessoas profissionais considera que, após a apresentação de queixa por parte das pessoas LGB, T e I às autoridades competentes, a ação do sistema de proteção não é a mais adequada (50.2%, 54.1% e 46.3%, respetivamente).

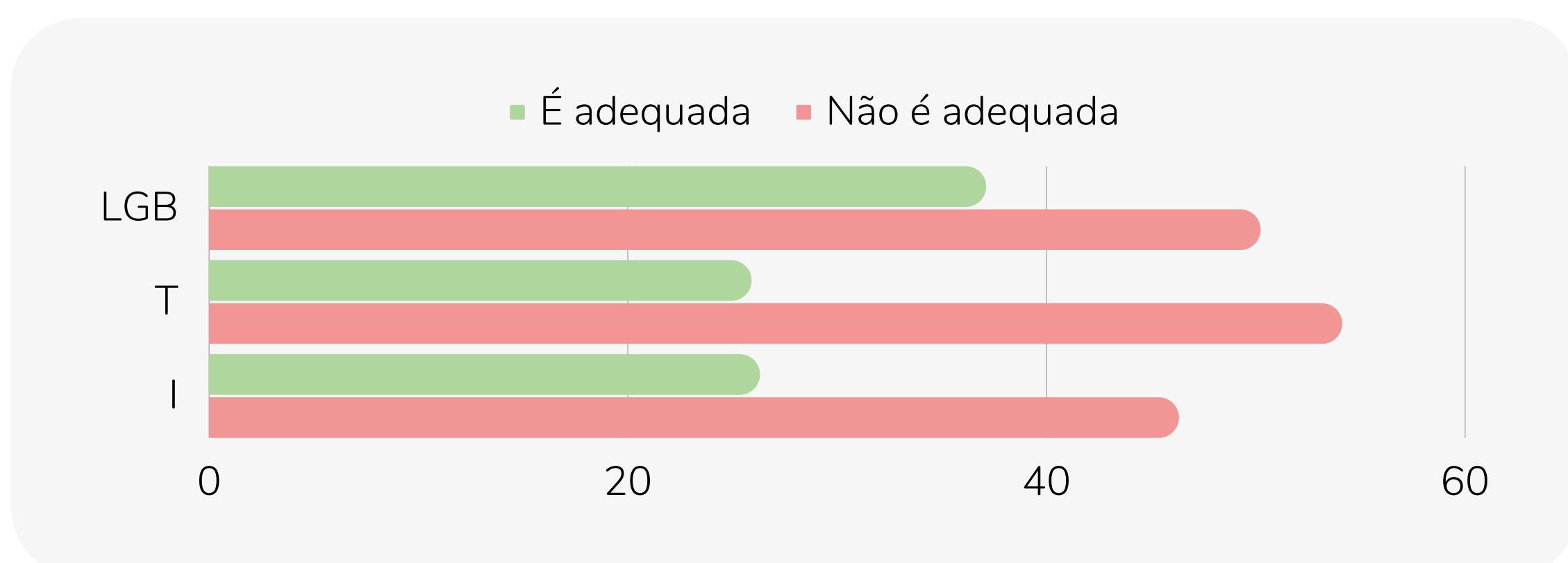


Gráfico 8. Adequação da ação do sistema de proteção a pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica.

Necessidade das (ex)vítimas por grupo (LGB/T/I)

De acordo com os/as profissionais, para todos os grupos de pessoas (ex)vítimas (LGB/T/I), a necessidade mais premente apresentada pelas mesmas é o apoio psicológico (entre 55.1% e 66.3%), seguido da segurança/proteção (entre 55.1% e 66.3%) e do suporte de pessoas significativas (entre 49.3% e 63.4%).

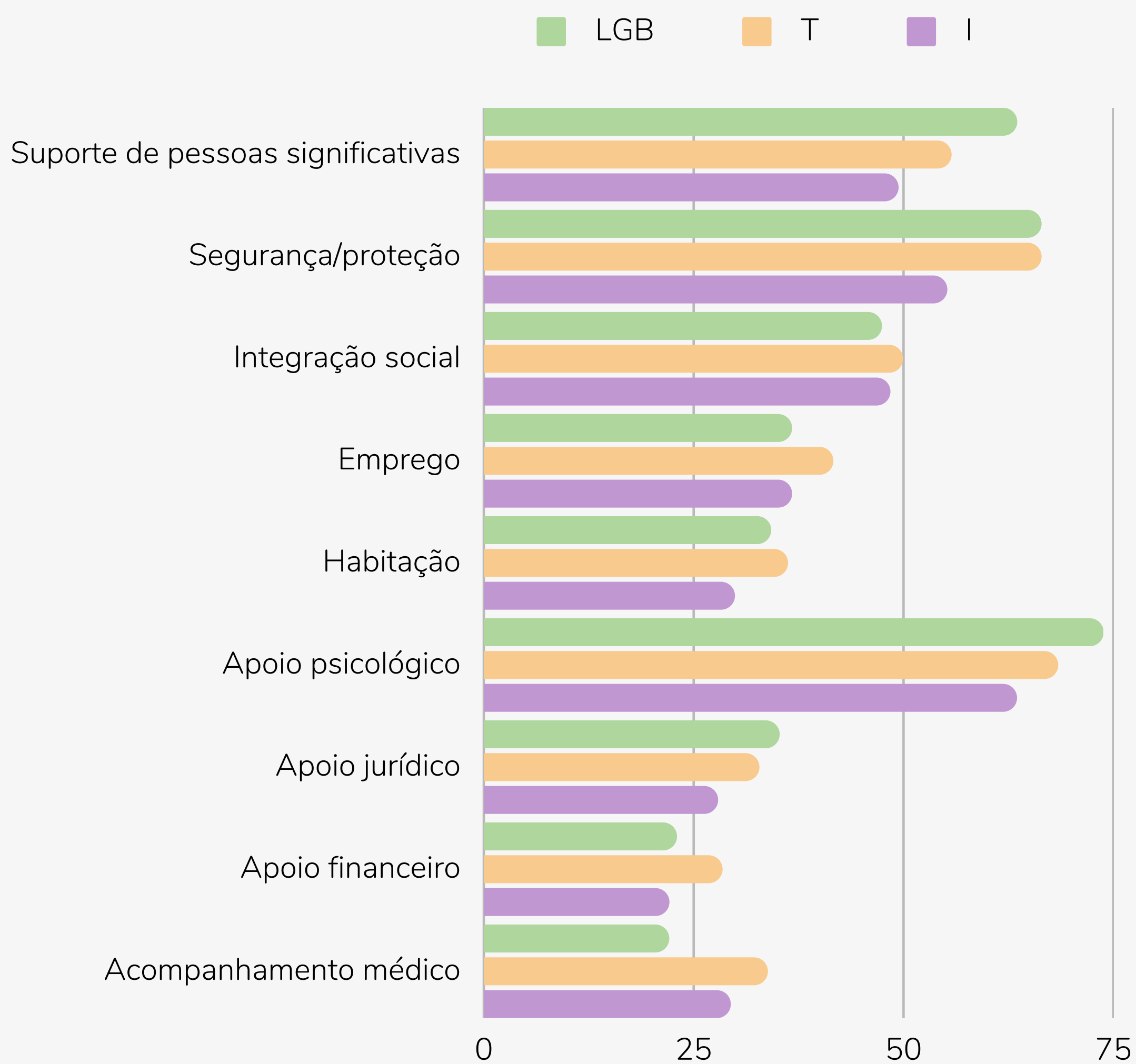


Gráfico 9. Necessidades mais prementes das pessoas LGBTI vítimas de violência doméstica.

Principais conclusões e
recomendações futuras



Os principais resultados deste estudo apontam no sentido de se verificar uma **precocidade** da violência doméstica, iniciando-se em muitos dos casos durante a infância das (ex)vítimas. No entanto, esta é **transversal** às várias fases do ciclo vital das pessoas LGBTI, sendo perpetrada tanto por membros da família, como em contexto de uma (ex)relação de intimidade.

As vulnerabilidades das pessoas LGBTI à violência doméstica, tende a agravar-se devido à **polivitimação**, ou seja, às várias discriminações e violências que sofrem em múltiplos contextos (e.g., escola, emprego), mas também resultado da **interseccionalidade**, fruto das suas múltiplas pertenças identitárias (e.g., etnia, nacionalidade, estatuto migratório, diversidade funcional). Outra característica da violência doméstica é a **gravidade** da mesma, dado que três em cada dez vítimas precisaram de atendimento médico, na sequência da vitimação sofrida.

Por último, os **serviços e estruturas especializadas**, que ainda são poucos em Portugal, carecem de recursos humanos qualificados e de recursos técnicos específicos, que possibilitem um atendimento e intervenção de eficaz junto das vítimas.

Como **recomendações futuras**, sublinham-se as seguintes:

Promover ações de formação e de sensibilização na sociedade em geral e junto de profissionais

Investigar as experiências e impactos da pandemia COVID-19 em pessoas LGBTI (ex)vítimas de violência doméstica

(Re)conhecer protocolos de atuação nacionais e internacionais

Promover investigações vanguardistas e atuais sobre pessoas intersexo e suas vivências



Recursos do Projeto ÍRIS

Ao longo do ÍRIS foram desenvolvidos vários recursos com a finalidade de contribuir para a investigação e a abordagem profissional junto com pessoas LGBTI (ex)vítimas de violência doméstica.

Destaca-se o livro composto por saberes académicos, científicos, profissionais e da sociedade civil, que refletem sobre diferentes temáticas presentes nas vidas das pessoas LGBTI; e

o Guia de Boas Práticas para a Intervenção com pessoas LGBTI, destinado a profissionais que desenvolvam a sua atividade em serviços e estruturas de atendimento e acolhimento a vítimas de violência doméstica.

